



**ariús**

Revista de Ciências  
Humanas e Artes

Vol. 13, Nº 1  
janeiro/ julho de 2007

Roberto Veras de Oliveira

Doutor em Sociologia. Professor Adjunto da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais.  
E-mail: rbveras@uol.com.br.

Roberto Mendoza

Professor da UAAC-CH-UFCG. Email: robermen2000@yahoo.com.br.

## Introdução: os sentidos do trabalho em discussão

Uma nova dinâmica sócio-econômica, orientada por um aprofundamento sem paralelo da integração global, pela financeirização dos capitais, pela liberalização dos mercados, por uma pressão no sentido da privatização das antigas estruturas do Estado keynesiano e da desarticulação dos sistemas sociais do *Welfare State*, impacta, mesmo que sob condições diversas, todas as regiões do planeta.

No que se refere mais particularmente ao mundo do trabalho, estamos diante de transformações que envolvem, desde os aspectos técnicos implicados nos processos de trabalho, passando pelos procedimentos organizativos e de gestão empresariais, chegando a sinalizar, em seu conjunto, fortes evidências de que alcançaram uma dimensão paradigmática<sup>1</sup>.

De modo geral, tais mudanças têm concorrido para a desarticulação do regime conhecido como *fordista*, que predominou a partir do pós-guerra nos países industrializados. Tal regime esteve referenciado numa perspectiva de "pleno emprego", assentado em bases tendencialmente fixas, homogêneas e estruturadas através de sistemas de contratação coletiva. Em seu lugar vem se esboçando uma situação tendencialmente orientada para a flexibilização dos vínculos de emprego, para a heterogeneização das formas de trabalho, para a individualização crescente dos processos de contratação, em meio a um quadro marcado por taxas eleva-

das de desemprego. Os conflitos e as lutas dos trabalhadores, de caráter mais políticas ou mais corporativas, mais gerais ou mais localizadas, mais explícitas ou mais tácitas, continuam presentes, embora sob formas diferenciadas. O primeiro impacto de tais transformações sobre a organização e luta dos trabalhadores foi no sentido de uma forte retração por parte dessas, entretanto, há sinalizações em vários países de processos de retomada.

Sobretudo, a partir de fins da década de 1970, vem se estabelecendo um debate sobre para onde aponta o futuro do trabalho. André Gorz está entre os primeiros autores que vêm anunciando um deslocamento no lugar, antes central, do trabalho na sociedade, particularmente a partir de *Adeus ao Proletariado* (Gorz, 1982). Segundo ele, nós não vivemos mais numa "sociedade de produtores", numa civilização do trabalho, já que "o trabalho não é mais o principal cimento social, nem o principal fator de socialização, nem a ocupação principal de cada um, nem a principal fonte de riqueza e de bem-estar, nem o sentido e o centro de nossas vidas" (Gorz, 1995: 16). Nesses termos, não se pode fazer depender do trabalho remunerado a fonte principal de identidade e do sentido da vida das pessoas.

O referido autor defende o "êxodo" da "sociedade do trabalho", que avalia como não mais existindo e não mais sendo possível de retornar: "*Es preciso*

*que el 'trabajo' pierda su lugar central en la conciencia, el pensamiento, la imaginación de todos"* (Gorz, 1998: 11). Mas adverte que o que chama de "trabalho" não é o trabalho no seu sentido antropológico ou filosófico:

"Se trata sin Duda del 'trabajo' específico propio del capitalismo industrial: un trabajo al que nos referimos cuando decimos que una mujer 'no tiene trabajo' si consagra su tiempo a educar a sus propios hijos, y que 'tiene trabajo' si consagra aunque más no sea una fracción de su tiempo a educar a los hijos de otra persona en una guardería o en un jardín de infantes (...). Si deseamos salvar y perpetuar ese 'verdadero trabajo', es urgente reconocer que el verdadero trabajo no está más en el 'trabajo': el trabajo, en el sentido de poiesis, que se hace, no está más (o no está más que de manera cada vez más rara) en el 'trabajo' en sentido social, que tenemos" (Gorz, 1998: 12, grifos do autor).

Para Adam Schaff (1990), corroborando a tese de Gorz, a automação e a robotização levarão, com o incremento da produtividade e da riqueza social, a uma redução drástica da demanda por trabalho humano, resultando no desaparecimento do trabalho manual como fenômeno sócio-econômico.

Offe (1989), por sua vez, se refere a três aspectos que estariam problematizando o poder de determinação social do trabalho: a heterogeneidade empírica das formas de trabalho, o declínio da "ética do trabalho" e o des-

<sup>1</sup> Nos termos de Kuhn, Thomas (1998). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva.

locamento da importância do trabalho na biografia das pessoas (decorrente, por exemplo, das crescentes descontinuidades ocupacionais ao longo da vida profissional).

Enquanto que, para Habermas (1992), a centralidade do trabalho teria dado lugar à centralidade da *esfera comunicacional* ou da *intersubjetividade*, na medida em que teria ocorrido, na sociedade moderna, um “desacoplamento” entre o “sistema” (envolvendo as esferas econômicas e políticas voltadas à reprodução societal) e o “mundo da vida” (o espaço propriamente da interação intersubjetiva, centrada na esfera da comunicação). Ao mesmo tempo em que teria ocorrido uma ampliação da complexidade do “sistema”, o “mundo da vida” estaria tornando-se cada vez mais racional.

Castel (1998), se de um lado admite um processo de degradação dos modos de socialização e de integração a partir do trabalho, desarticulando formas de coesão e de solidariedade antes fortemente presentes; por outro lado analisa tais mudanças dentro dos paradigmas da “sociedade salarial” e do Estado Social. O que está em curso, pondera, é um retorno à “vulnerabilidade de massa”, própria de uma sociabilidade fundada em padrões liberais (a partir de instrumentos do próprio mercado), seguida do comprometimento da instituição do Estado Social. É preciso, por isso, preservar a “sociedade salarial”.

Antunes (1995 e 1999) também se opõe à tese do fim do trabalho na sociedade atual, independentemente das tendências em curso apontarem para uma maior intelectualização e qualificação do trabalho fabril ou para a desqualificação e subproletarização dos trabalhadores. Para ele, a sociedade atual, mais do que nunca, se afirma como produtora de mercadorias, as quais derivam da atividade manual e/ou intelec-

tual que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção. O equívoco dos que advogam aquela proposição estaria, segundo o autor, em não considerar a distinção feita por Marx entre trabalho *abstrato* (“dispêndio de força humana de trabalho”, que cria o valor de troca das mercadorias) e trabalho *concreto* (que na qualidade de trabalho útil, produz valor de uso). Assim, faz diferença falar-se em uma crise da sociedade do trabalho *abstrato*, como seria o caso de Kurz (1993), ou basear essa avaliação na sua dimensão concreta, estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza, como o fazem Offe, Gorz, Habermas. Para o autor, a superação do trabalho *abstrato* só é possível de ser concebida no plano da superação da própria sociedade produtora de mercadorias, em um movimento “para além do capital”. E, de resto, considera inadmissível supor-se, “no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social” (Antunes, 1995: 80-82).

Oliveira (1998) admite, com Luiz Gonzaga Beluzzo, a hipótese da autonomização do capital constante, resultante do desbloqueio das virtualidades do progresso técnico (visto que, com a constituição estrutural do *fundo público*, a mercadoria força de trabalho, parcialmente desmercantilizada, deixa de ser o limite e o suporte da acumulação). Concorda com Reginaldo Prandi, que, “tal como a própria sociologia dos processos de trabalho vem insinuando, o estatuto sociológico do trabalho sem dúvida sairá fundamentalmente modificado, dando lugar, pelo menos, a uma nova concepção de trabalhador” (Oliveira, 1998: 57). Mas, alerta que a questão posta da perda da centralidade do trabalho “ela própria é produto do conflito”, contextualizada que está no esforço, sob o *neoliberalismo*, de “desproletarização” da sociedade e de destruição do fundo

público como mecanismo regulador do capitalismo. Conclui:

“Não se trata, pois, nem de determinismo tecnológico, que, de algum modo, mesmo atenuadamente, encontra abrigo no argumento dos autores citados, nem do conflito entre o mundo da vida e o mundo sistêmico, ao modo de Habermas, nem de uma desproletarização pelo deslocamento da divisão social do trabalho para os serviços, como em Offe e em Gorz. Nem muito menos da predominância exclusiva do ‘sujeito autônomo’ de Kurz, uma espécie de piloto automático do capitalismo. Este não percebe que a contradição latente na obra de Marx, que não permite a resolução do problema que ele propõe, é entre o ‘sujeito autônomo’ hegeliano e a luta de classes empírica; esta, como realidade dos homens, perturba a marcha do espírito, que no fundo é o ‘sujeito autônomo’ de Kurz, construção inteiramente idealista, por mais que ele brinque de materialista dialético...” (Oliveira, 1999: 11).

Beynon (1995), se detendo mais especificamente ao caso da Grã-Bretanha, aborda essa questão e também admite um processo complexo e significativo de mudanças nas relações de trabalho e no próprio tecido da vida social. Mas, avalia, muitos estudos estariam subestimando o que ainda se mantém como emprego industrial e sobrevalorizando as qualidades positivas das novas técnicas de gestão do trabalho. Beynon (1997) lembra que o setor industrial ainda reúne um contingente significativo de trabalhadores, que o impacto das mudanças sobre o conteúdo do trabalho não teria produzido o propalado operário individualizado e polivalente e que a expansão do setor de serviços traz consigo postos de trabalho manuais e não-qualificados, em muito semelhantes ao tipo praticado na indústria de transformação<sup>2</sup>. Assim sendo, se é inquestionável o abalo que tem sofrido a “solidariedade de classe” e as “insti-

<sup>2</sup> Beynon apoia-se em Ritzer (1993) e na sua tese de “macdonaldização” da sociedade: “O mcdonaldismo compartilha muitas características com o fordismo: produtos notavelmente homogêneos, tecnologias rígidas, rotinas de trabalho padronizadas, desqualificação, homogeneiza-

tuições que antes fundamentavam interpretações coletivas”, não faz sentido ignorar o peso do trabalho manual na sociedade pós-industrial, assim como o caráter coletivo e conflitivo das relações às quais se encontra submetido. O que está em questão, portanto, segundo o autor, não é o fim da classe operária, mas a perspectiva de um seu refazer-se (Beynon, 1997).

Como se vê, trata-se de um debate que se arrasta por três décadas, que a cada dia alimenta-se de novas evidências, mas também de novas abordagens, que, portanto, continua em aberto. O curioso de tudo isso é que as abordagens sobre o futuro do trabalho e sobre o futuro da sociedade articulada em torno do paradigma do trabalho têm colocado em inquestionável evidência, no mundo inteiro, o tema do trabalho no debate sociológico, filosófico, econômico, entre outras disciplinas.

#### Bibliografia citada

- ANTUNES, Ricardo (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez Editora; Campinas, Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, São Paulo, Boitempo Editorial.
- BEYNON, Huw (1995). A destruição da classe operária inglesa? *RBCS*, São Paulo, nº 27.
- \_\_\_\_\_. (1997). As práticas do trabalho em mutação. In ANTUNES, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: Reestruturação no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- CASTEL, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*, Petrópolis, Editora Vozes.
- GORZ, André (1982). *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro, Forense.
- \_\_\_\_\_. (1995). Trabalho necessário e racionalidade econômica. *Novos Rumos*, São Paulo, n. 24, ano 10.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Miserias del presente, riqueza de lo posible*. Buenos Aires, Barcelona, México, Paidós.
- HABERMAS, Jürgen (1992). *The theory of communicative action* (The critique of functionalist reason). Vol. I e II, London, Polity Press.
- KURZ, Robert (1993). *O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- OFFE, Claus (1989). Trabalho: A categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 10, junho.
- OLIVEIRA, Francisco de Oliveira (1998). *Os Direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Editora Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1999). Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: O totalitarismo neoliberal. In OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Nedic.
- RITZER, G. (1993). *The macdonaldisation of society: An investigation into the changing character of contemporary social life*. Pine Forge Press.
- SCHAFF, Adam (1990). *A Sociedade Informática*. São Paulo, Brasiliense/Unesp.

ção do trabalhador (e do consumidor), o operário massa e a homogeneização do consumo... nestes e noutros dias, o fordismo está vivo e passa bem no mundo moderno” (apud Beynon, 1997: 14).